



# TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS  
DEMOGRÁFICOS E DA  
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 9

Maranhão

Presidente da República  
**Fernando Henrique Cardoso**

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento  
**Paulo de Tarso Almeida Paiva**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Simon Schwartzman**

Diretor de Planejamento e Coordenação  
**Nuno Duarte da Costa Bittencourt**

### **ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS**

Diretoria de Pesquisas  
**Lenildo Fernandes Silva**

Diretoria de Geociências  
**Trento Natali Filho**

Diretoria de Informática  
**Paulo Roberto Ribeiro da Cunha**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais  
**Luiz Antonio Pinto de Oliveira**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE  
DIRETORIA DE PESQUISAS  
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

# Tendências Demográficas

Uma análise dos Censos Demográficos e  
da Contagem da População 1996

volume 9

Maranhão

**Tendências demográficas :**

0119/99



IBGE - SET

Rio de Janeiro  
1998

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)  
ISBN 85-240-0693-5 volume 9 Maranhão

© IBGE, 1998

## Projeto Editorial

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

## Estruturação

Carmen Heloisa Pessoa Costa  
Elizabeth Santos da Fontoura  
Neuza Maria de O. G. Damásio  
Sonia Gonçalves da Rocha

## Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos  
Cristina Ramos Carlos de Carvalho  
Iracacy Prazeres Gomes  
Kátia Domingos Vieira  
Maria de Lourdes Amorim

## Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Monsores  
Maria da Graça Fernandes de Lima

## Normalização das Fontes Bibliográficas

Divisão de Documentação - DIDOC/CDDI  
Aparecida Tereza Rodrigues Cerqueira

## Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1998.

## Capa

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI  
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.  
- Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil Distrito Federal e Unidades da Federação

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1 Brasil - População - Estatística. I. IBGE Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI.Div. de Biblioteca e Arquivos Especiais CDU 312(81)  
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

# Equipe Técnica

---

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

## **Divisão de Estudos e Análises Demográficas**

Juarez de Castro Oliveira

### **Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População**

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)  
Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,  
Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,  
Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

### **Apoio Computacional**

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,  
Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

### **Apoio Administrativo**

Elizabeth Costa Bezerra

## **Agradecimentos**

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)  
Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

# Apresentação

---

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1998

**Lenildo Fernandes Silva**

Diretor de Pesquisas

# Sumário

---

## Características demográficas e socioeconômicas da população

### Características demográficas

Evolução da população total no estado .....	9
Estrutura por sexo e idade .....	15
Nupcialidade .....	21
Migrações internas .....	25

### Características sociais e econômicas

Raça ou cor .....	27
Religião .....	31
Deficiência física ou mental .....	33
Nível de escolaridade .....	35
Família .....	37
Domicílio .....	40
Características econômicas .....	43

# Características demográficas e socioeconômicas da população

---

## Características demográficas

### Evolução da população total no estado

O Estado do Maranhão atingiu em 1<sup>o</sup> de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 5 222 183 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 1,18% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 291 930 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 5,92% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 739 mil habitantes, ou seja, 37,45% em relação à população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

**Tabela 1**  
**População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996**

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
<b>Total</b>		
1 <sup>a</sup> de setembro de 1960	2 469 447	
1 <sup>a</sup> de setembro de 1970	2 992 686	1,94
1 <sup>a</sup> de setembro de 1980	3 996 404	2,93
1 <sup>a</sup> de setembro de 1991	4 930 253	1,93
1 <sup>a</sup> de agosto de 1996	5 222 183	1,18
<b>Urbana</b>		
1 <sup>a</sup> de setembro de 1960	436 624	
1 <sup>a</sup> de setembro de 1970	752 027	5,59
1 <sup>a</sup> de setembro de 1980	1 255 156	5,26
1 <sup>a</sup> de setembro de 1991	1 972 421	4,19
1 <sup>a</sup> de agosto de 1996	2 711 175	6,68
<b>Rural</b>		
1 <sup>a</sup> de setembro de 1960	2 032 823	
1 <sup>a</sup> de setembro de 1970	2 240 659	0,98
1 <sup>a</sup> de setembro de 1980	2 741 248	2,04
1 <sup>a</sup> de setembro de 1991	2 957 832	0,69
1 <sup>a</sup> de agosto de 1996	2 511 008	(-) 3,28

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970, Rio de Janeiro; IBGE, 1966-1973.

**Tabela 2**  
**Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996**

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
<b>Total</b>	<b>933 849</b>	<b>291 930</b>	<b>23,37</b>	<b>5,92</b>
Homens	456 252	148 316	22,92	6,06
Mulheres	477 597	143 614	23,81	5,78
<b>Urbana</b>	<b>717 265</b>	<b>738 754</b>	<b>57,15</b>	<b>37,45</b>
Homens	342 562	348 506	57,03	36,95
Mulheres	374 703	390 248	57,25	37,92
<b>Rural</b>	<b>216 584</b>	<b>(-) 446 824</b>	<b>7,90</b>	<b>(-) 15,11</b>
Homens	113 690	(-) 200 190	8,18	(-) 13,31
Mulheres	102 894	(-) 246 634	7,61	(-) 16,96

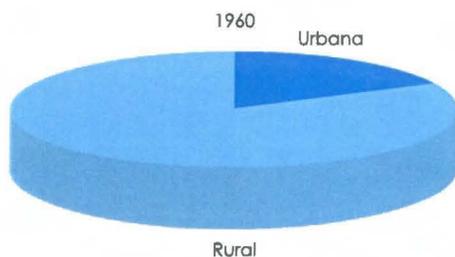
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

**Tabela 3**  
**Grau de urbanização - 1960/1996**

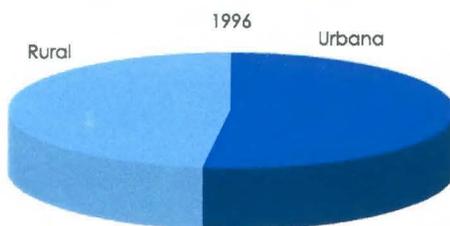
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
		17,69	25,13	31,41	40,01

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

### Grau de urbanização - 1960/1996



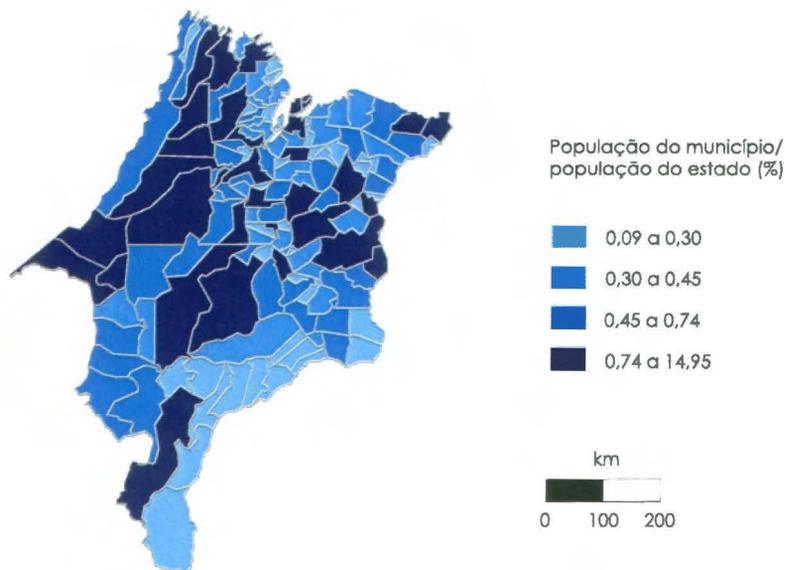
Fonte: Censo demográfico 1960.  
Rio de Janeiro: IBGE, 1966.



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Estado do Maranhão ocupa a décima posição no *ranking* nacional, concentrando 3,32% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a quarta posição, mantendo praticamente a mesma participação (11,67%) que a do Censo de 1991 (11,60%).

### Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

O ritmo de crescimento do interior<sup>1</sup> do Maranhão, da ordem de 0,98%, foi inferior ao registrado para a capital, situado em 2,36%. A capital São Luís apresentou um aumento populacional de 84 462 habitantes, correspondendo a 12,13%, em relação ao Censo Demográfico 1991. Cabe destacar no entorno de São Luís os Municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, que cresceram, no período de 1991-1996, a uma taxa de 5,99% e 5,02%, respectivamente. Já o interior apresentou um crescimento absoluto de 207 468 pessoas, representando um aumento relativo de 4,90%. A densidade demográfica cresceu 5,95%, passando de 14,79 hab./km<sup>2</sup>, em 1991, para 15,67 hab./km<sup>2</sup> em 1996.

**Tabela 4**  
**População residente, crescimento relativo, participação relativa, e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996**

Estado, Capital e Interior	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
<b>Estado</b>	<b>4 930 253</b>	<b>5 222 183</b>	<b>5,92</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,18</b>
Capital	696 371	780 833	12,13	14,12	14,95	2,36
Interior	4 233 882	4 441 350	4,90	85,88	85,05	0,98

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

O conjunto dos dez municípios mais populosos do Maranhão, em 1996, reunia 1,93 milhão de pessoas que correspondiam a 37,07% da população estadual. A capital, concentrava 14,95% do efetivo populacional do estado, ou seja, 780 833 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 80 mil e 280 mil habitantes, o equivalente a 22,12%.

<sup>1</sup> Considera-se "interior" o espaço territorial do estado, exceto o da capital estadual.

**Tabela 5**  
**Municípios mais populosos e municípios com maiores**  
**taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996**

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
São Luiz	780 833	Paço Lumiar	5,99
Imperatriz	274 104	Cândido Mendes	5,58
Caxias	146 045	Amarante do Maranhão	5,34
Santa Luzia	121 823	São José do Ribamar	5,02
Timon	118 428	Sítio Novo	4,84
Codó	110 292	Luíz Domingues	4,53
Bacabal	104 456	Açailândia	4,20
Açailândia	102 609	Pirapemas	3,93
São José do Ribamar	89 794	Peri Mirim	3,71
Pinheiro	87 449	Paraibano	3,32

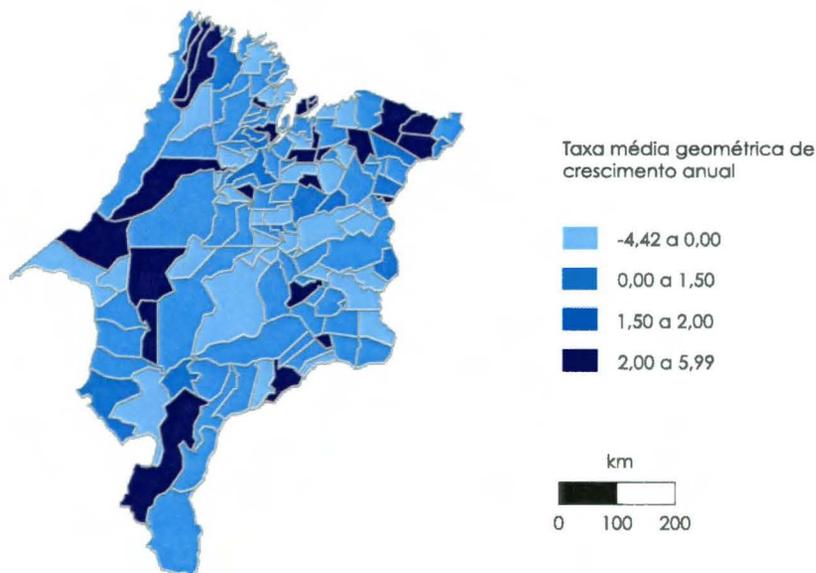
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional do estado, nos últimos cinco anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Paço do Lumiar, (5,99%), e o menor no Município de Paraibano, com 3,32%. A menor taxa de crescimento do estado (-4,41%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Arame, que perdeu população.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano, no período de 1991-1996, atingiu 12,50% do total do estado. O destaque ficou com os municípios considerados de médio porte (até 50 000 habitantes), os quais, dentre os que cresceram a este ritmo, superaram a 80% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham mais de

50 000 a 100 000 habitantes (11,76%) e mais de 100 000 a 500 000 habitantes (5,88%).

### Taxa média geométrica de crescimento anual - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Estrutura por sexo e idade

No Estado do Maranhão, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 31 821 mulheres, em relação ao número total de homens, o que resultou em uma razão de sexo de 98,79%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 91 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 108 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

**Tabela 6**  
**Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996**

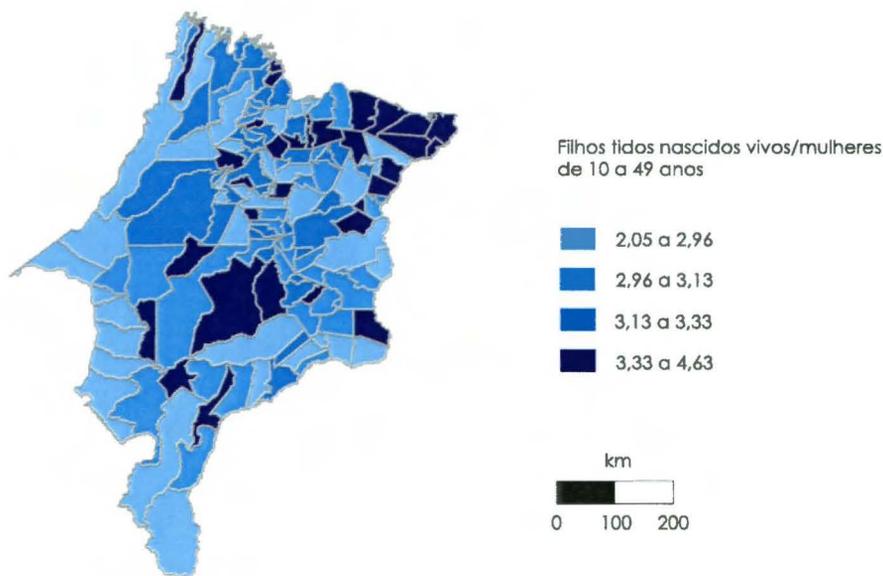
Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	102,87	90,37	105,77
1970	99,93	90,31	103,38
1980	99,24	91,77	102,86
1991	98,53	91,64	103,40
1996	98,79	91,00	107,94

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80 a estrutura etária da população brasileira, dada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando<sup>2</sup>.

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado do Maranhão apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

<sup>2</sup> As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

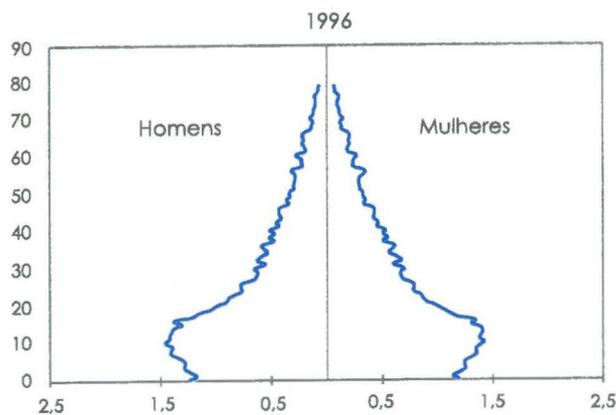
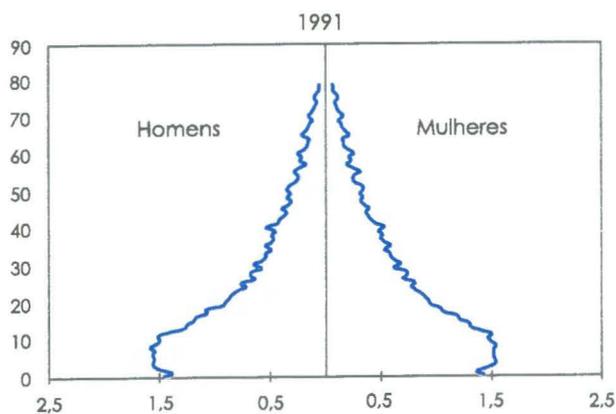
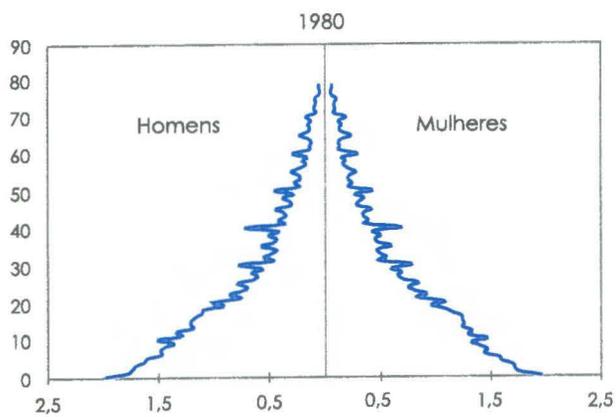
**Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991**

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e ocorreram, em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

### Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

**Tabela 7**  
**Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996**

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
0 a 14 anos	45,96	45,66	45,41	44,09	39,89
15 a 64 anos	52,01	52,03	51,00	51,71	55,58
65 anos ou mais	2,03	2,31	3,59	4,20	4,53

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Assim, a Contagem da População 1996 revelou, para o total do estado, uma relação de 80 jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às áreas urbana e rural, em 1996, são significativas. Enquanto o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) sobre a população com idades entre 15 e 64 anos, residentes no contexto urbano do estado, correspondia a 71,26%, nas áreas rurais este indicador alcançou 90,30%.

A parcela de jovens (39,89%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (4,53%) é pequena.

Em 1991, a idade de 16,5 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996 a idade mediana chegou a 18,0 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 17,7 anos, enquanto que a referente às mulheres se posicionou nos 18,4 anos de idade. Este comportamento diferencial da idade mediana de homens e mulheres explica-se pela maior expectativa de vida das mulheres.

**Tabela 8**  
**Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996**

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	92,26	84,55	94,00
1970	92,18	89,22	93,19
1980	96,09	89,75	99,14
1991	93,40	85,67	98,92
1996	79,91	71,26	90,30

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

**Tabela 9**  
**Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996**

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	15,9	15,8	16,1
1991	16,5	16,3	16,8
1996	18,0	17,7	18,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

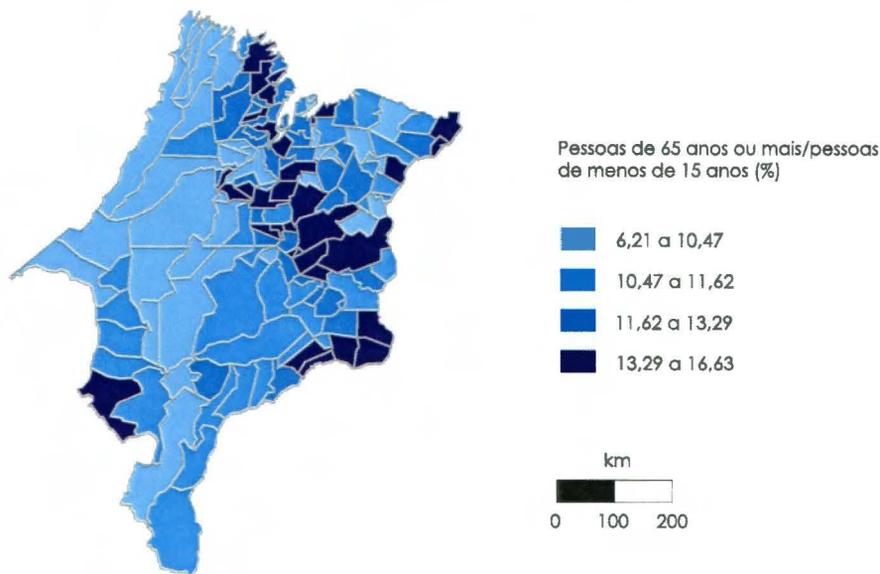
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais) em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 4 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 11 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

### Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Nupcialidade

A composição da população de 15 anos ou mais por estado conjugal no Estado do Maranhão caracteriza-se pela proporção de 58,59% de pessoas casadas e, praticamente, um terço de solteiros, observando-se decréscimo de 3,33% na participação dos casados, no período de 1980-1991. Essa redução é fruto de um aumento

na participação dos solteiros. Esse último período apontou aumento na participação de separados, desquitados e divorciados.

**Tabela 10**  
**Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo,**  
**segundo o estado conjugal - 1980/1991**

Estado conjugal	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Solteiros	31,72	32,38	35,45	36,48	28,04	28,40
Casados	60,61	58,59	61,01	59,52	60,22	57,68
Separados	2,96	3,98	1,49	2,10	4,42	5,81
Desquitados	0,07	0,21	0,05	0,12	0,08	0,29
Divorciados	0,01	0,10	0,01	0,06	0,01	0,15
Viúvos	4,63	4,74	1,99	1,72	7,23	7,67

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural do estado. Apenas os níveis variaram de acordo com os estratos, de forma que nas áreas urbanas encontraram-se proporções mais elevadas de pessoas solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam os casados.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado do Maranhão, não havia quase diferença nos tipos de união, com pequena vantagem para *união somente civil*, e as *uniões consensuais* eram menos freqüentes. Em 1991, a proporção de uniões realizadas no *civil e religioso* e a *união somente no religioso* apresentaram declínio de 4,36% e 34,86%, respectivamente. A proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 39,76%, e a *união somente no civil* 9,20%.

**Tabela 11**  
**Proporção de pessoas de 15 anos ou mais, casadas,**  
**por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991**

Tipo de união	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Civil e religiosa	26,60	25,44	35,99	30,29	22,92	22,42
Somente civil	29,88	32,63	34,20	35,33	28,18	30,94
Somente religiosa	25,30	16,48	15,76	12,69	29,05	18,84
União consensual	18,21	25,45	14,05	21,69	19,85	27,79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

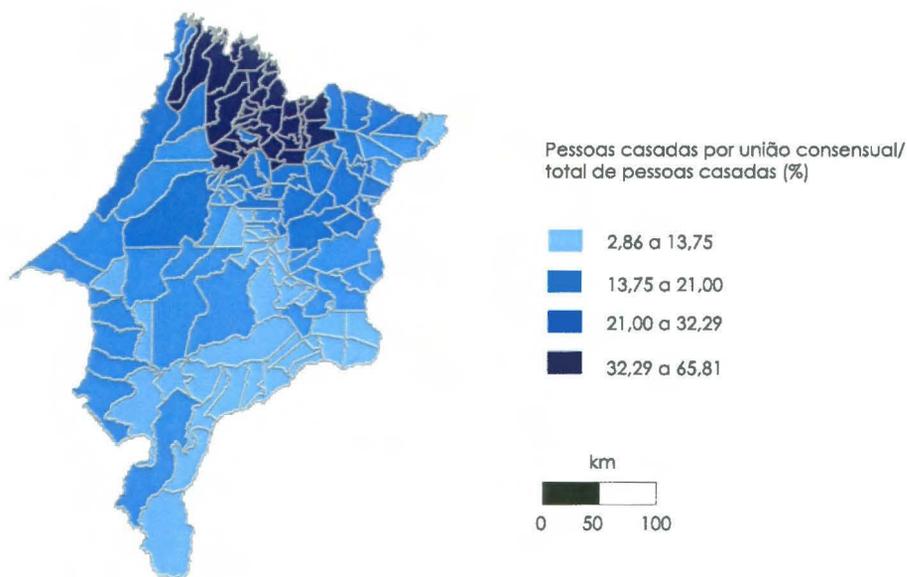
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo tanto na área urbana quanto na área rural, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 era superior em quase um ano àquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

### Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas, por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi de 22,3 anos, para os homens 24,5 anos e para as mulheres 20,2 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com quatro anos a mais que as mulheres.

No Censo Demográfico 1991, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com cônjuge atual* ou *mês e ano em que passou a viver a situação indicada*.

No tocante ao número de uniões conjugais, 95,69% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica urbana.

## Migrações internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais, que se processou na década de 80, prosseguiu no primeiro quinquênio da década de 90. No Estado do Maranhão vê-se a estabilidade na proporção de migrantes no período de 1980-1991, tanto na situação do domicílio urbano quanto na do rural. A área urbana do estado detinha a maior proporção de migrantes, em 1991, fato também observado em 1980. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (51,86%). Tanto no meio urbano quanto no rural a proporção de mulheres supera a de homens.

**Tabela 12**  
**Proporção de pessoas não-naturais do município,**  
**segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991**

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>31,27</b>	<b>30,90</b>
Urbana	37,26	37,10
Rural	28,53	26,76

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos da Região Norte, especificamente do Estado do Pará. Nesse conjunto, as mulheres imigrantes predominam no fluxo dos paraenses. Na Região Nordeste, o Estado do Piauí e Ceará contribuíram notadamente para o conjunto dos imigrantes interestaduais.

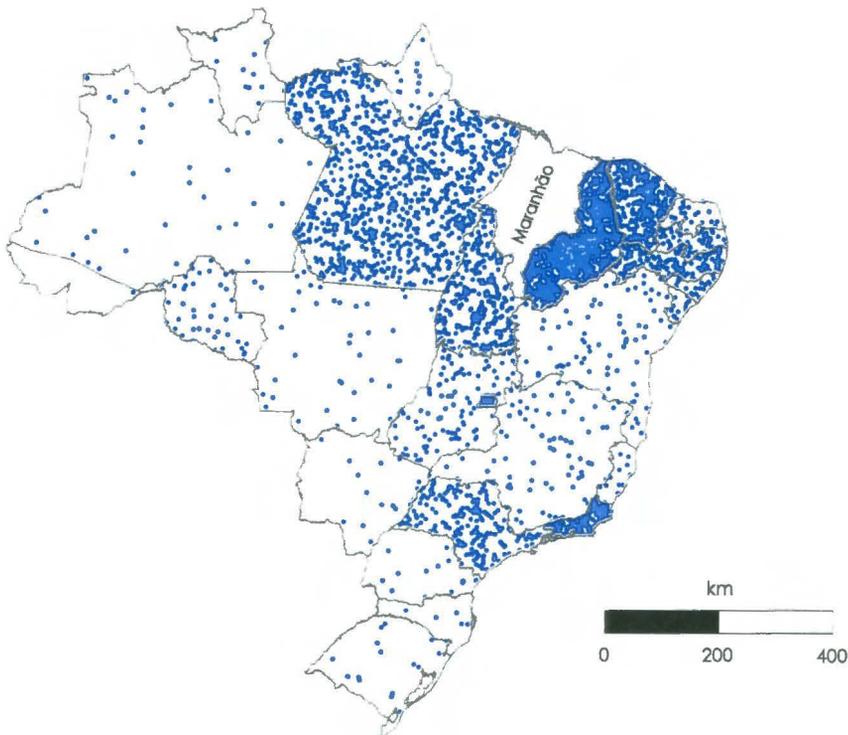
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam, em 1991, um conjunto expressivo de 69,59%, em relação ao total de migrantes do estado.

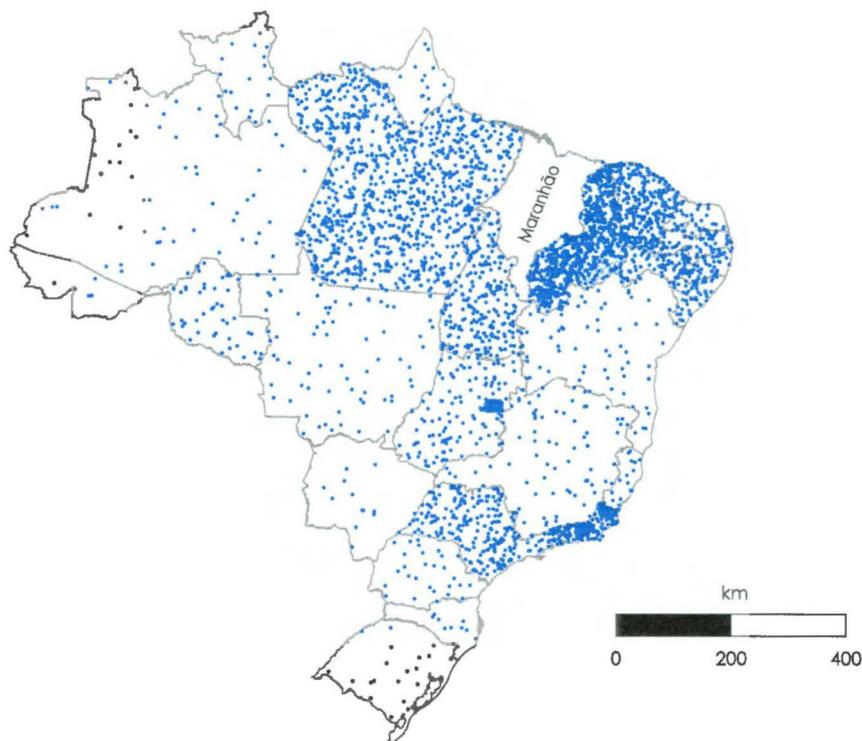
Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram a menos de dez anos correspondiam em 1991 a 50,47%.

Os mapas, a seguir, apresentam a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

### **Pessoas residentes no maranhão há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991**



### Pessoas residentes no maranhão há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Características sociais e econômicas

### Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto a sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado do Maranhão classificaram-se, em sua maioria, segundo o Censo Demográfico 1991, como sendo de cor parda (73,32%). Este contingente, em 1980, representava 69,99%. Enquanto o percentual das pessoas pardas crescia, declinava o das pessoas que se declaravam como sendo de cor branca, passando de 21,99%, em 1980, para 20,68%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta declinou em 28,17%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,32% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora de aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial, segundo a situação do domicílio, pois do total dos índios residindo no estado, 93,45% habitavam a área rural.

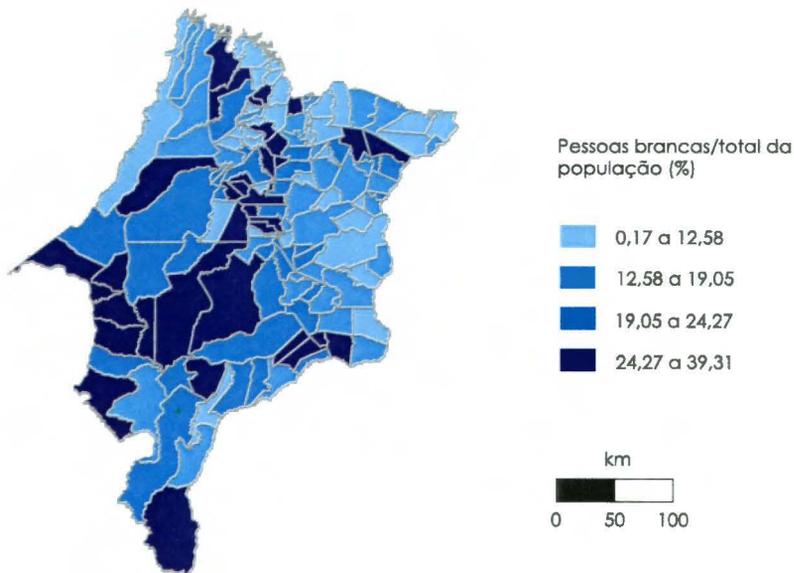
**Tabela 13**  
**Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991**

Raça ou cor	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Branca	21,99	20,68	25,19	22,45	20,52	19,50
Preta	7,81	5,61	7,19	4,78	8,10	6,16
Amarela	0,20	0,07	0,16	0,10	0,22	0,05
Parda	69,99	73,32	67,46	72,62	71,15	73,79
Indígena	-	0,32	-	0,05	-	0,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

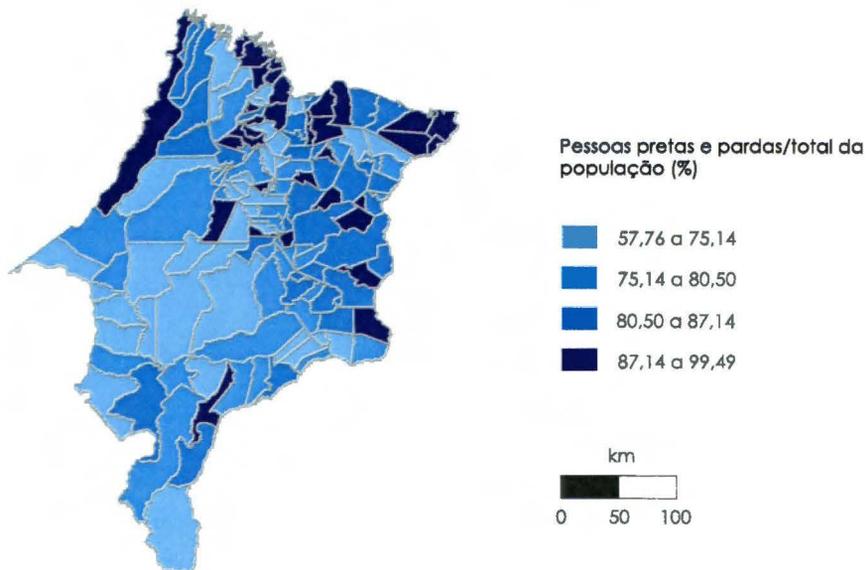
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento

### Proporção da população branca - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

### Proporção da população negra - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-las no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda, mais de 80,00% não ultrapassam a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades de agropecuária, extração vegetal e pesca, com proporção acima de 50,00%, e as de cor branca representam 43,10% nesta mesma atividade.

**Tabela 14**  
**Proporção da população residente, por raça ou cor,**  
**segundo as classes de anos de estudo - 1991**

Classes de anos de estudo	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	38,75	57,95	49,17
1 a 3 anos	22,97	21,41	23,92
4 anos	11,11	7,80	9,10
5 a 7 anos	9,50	5,66	7,88
8 anos	4,49	2,28	3,12
9 a 11 anos	10,97	4,51	6,21
12 anos ou mais	2,16	0,36	0,57
Não determinados	0,06	0,03	0,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

**Tabela 15**  
**Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991**

Setor econômico de atividade	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Agropecuária, extração vegetal e pesca	43,10	63,73	55,54
Indústria de transformação	5,04	3,44	4,75
Indústria da construção civil	3,83	4,62	4,81
Outras atividades industriais	1,96	1,58	1,83
Comércio de mercadorias	13,18	4,71	8,28
Transporte e comunicação	2,89	1,66	2,25
Prestação de serviços (1)	12,00	11,56	11,12
Social	11,11	5,59	7,51
Administração pública	4,94	2,46	3,01
Outras atividades	1,95	0,65	0,90

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

## Religião

No Estado do Maranhão, o catolicismo predomina largamente como a religião professada ou culto praticado, na proporção de 91,21%, segundo o Censo Demográfico 1991, levemente inferior àquela observada em 1980 (93,76%). O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (6,24%), que em 1980 representavam 4,98%. Os não-praticantes de nenhuma religião correspondem a 2,15%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração do informante sobre a seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-los com os censos anteriores.

**Tabela 16**  
**Proporção da população residente, por sexo,**  
**segundo a religião - 1980/1991**

Religião	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Cristã tradicional	93,76	91,21	94,12	91,59	93,41	90,84
Cristã reformada	4,98	6,24	4,58	5,53	5,38	6,94
Mediúnica	0,17	0,15	0,15	0,14	0,19	0,16
Judaica ou Israelita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Oriental	0,02	0,07	0,01	0,05	0,03	0,08
Outras (1)	0,55	0,18	0,53	0,16	0,56	0,21
Sem religião	0,52	2,15	0,61	2,53	0,43	1,77

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

Católica Apostólica Romana - 90,82%

Católica Apostólica Brasileira - 0,36%

Católica Apostólica Ortodoxa - 0,03%

- Cristã Reformada

Evangélica Tradicional - 1,55%

Evangélica Pentecostal - 4,64%

- Neocristã

Mórmon - 0,01%

Testemunha de Jeová - 0,17%

Outra - 0,00%

- Mediúnica
  - Espírita – 0,07%
  - Umbandista - 0,08%
  - Candomblé - 0,00%
  
- Judaica ou Israelita
  
- Oriental
  - Budismo - 0,01%
  - Messiânica - 0,06%
  - Outra - 0,00%
  
- Outra
  
- Sem religião
  
- Não determinada, Maldefinida e Sem declaração.

## Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficiências graves (os cegos, os surdos ou mudos). Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pela Organização das Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (dos quais os cegos formam

um subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (dos quais os surdos formam um subgrupo).

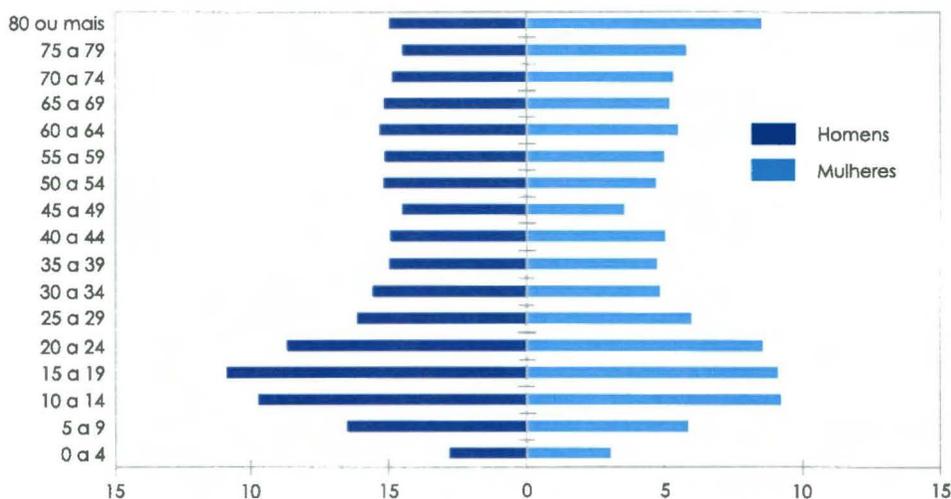
Como deficientes mentais, foram consideradas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais, as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

No Estado do Maranhão, existem aproximadamente 51 473 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência no total do estado é pequena, atingindo a 1,04%, sendo relevante o percentual das pessoas que não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas, 98,96%. A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,19%, enquanto que para o sexo feminino ficou em 0,90%. O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 6 955 pessoas.

Do total de deficientes do estado, 63,04% eram deficientes físicos e 32,30% se declararam deficientes mentais, sendo que 4,66% revelaram ter mais de um tipo de deficiência. Apesar de os tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem considerados, acredita-se que foram incorretamente incluídos, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

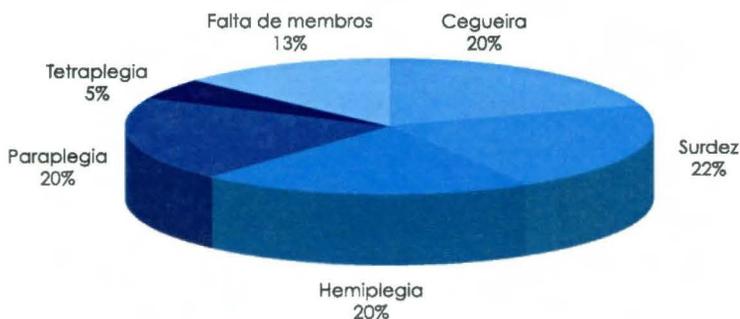
O padrão da estrutura etária da população deficiente se caracteriza por uma pequena proporção no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriormente ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança aproximadamente 22,00% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevivência feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é bem mais elevada.

### Composição por sexo e idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

### Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

## Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Estado do Maranhão vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi calculado, para o Censo Demográfico 1991, o analfabetismo funcional, que é defini-

do operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de quatro séries completas, ou do antigo ensino primário. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi 53,58%, bem inferior a de 1991, que era 79,44%.

O nível educacional da população do Estado do Maranhão continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

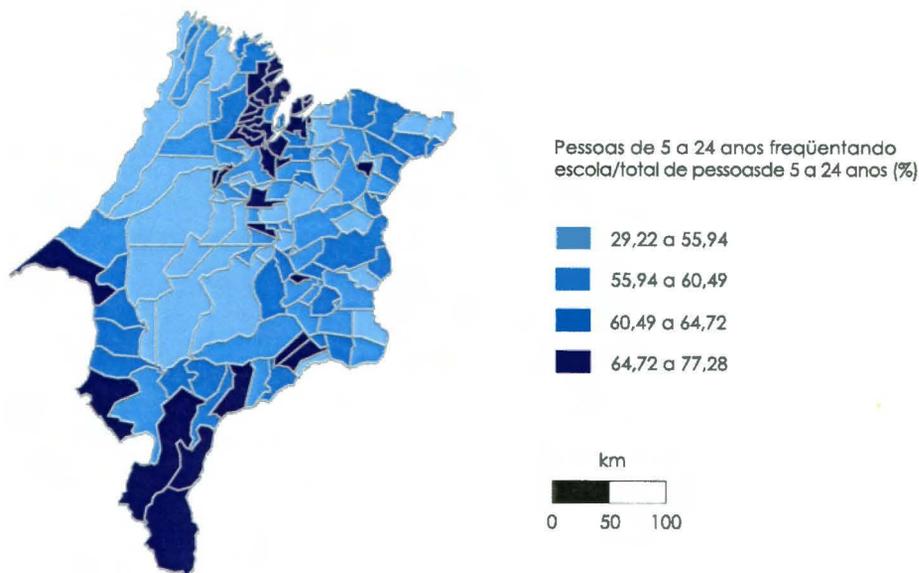
**Tabela 17**  
**Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos,**  
**segundo os grupos de idade - 1991/1996**

Grupos de idade	Taxas de escolarização (%)					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	<b>47,55</b>	<b>44,62</b>	<b>50,48</b>	<b>61,89</b>	<b>60,46</b>	<b>63,34</b>
5 a 9 anos	47,63	45,70	49,59	75,58	73,93	77,26
10 a 14 anos	68,98	65,15	72,81	84,42	82,96	85,88
15 a 19 anos	46,56	42,31	50,86	53,57	52,15	55,01
20 a 24 anos	13,22	11,19	15,20	16,17	14,69	17,63

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

No período de 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem, na sociedade, a população escolarizável ideal.

## Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto restringe-se a fornecer uma visão geral destas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular e ao conjunto de, no máximo, 5 pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos, vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionado ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

**Tabela 18**  
**Número médio de pessoas por família,**  
**segundo a situação do domicílio - 1980/1991**

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>4,88</b>	<b>4,60</b>
Urbana	5,07	4,44
Rural	4,79	4,71

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos vêm mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980 a 1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de família e da queda no percentual de chefes do sexo masculino no período de 1980-1991 no Estado do Maranhão.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e com 1 a 3 anos de estudo e, em contrapartida, aumento na proporção de chefes escolarizados (com 4 anos ou mais de anos de estudo).

**Tabela 19**  
**Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991**

Sexo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Homens	84,17	78,73
Mulheres	15,83	21,27

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

**Tabela 20**  
**Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991**

Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	58,90	47,32
1 a 3 anos	22,62	20,73
4 anos	9,95	11,98
5 a 8 anos	4,34	9,69
9 a 11 anos	3,19	8,62
12 anos ou mais	0,95	1,64
Sem declaração	0,05	0,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Quanto à análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da agropecuária, extração vegetal e pesca, que foram os responsáveis pela absorção da maior parte da PEA, seguidos do comércio de mercadorias e da prestação de serviços, que apresentaram sensíveis aumentos em relação ao Censo Demográfico 1980.

### Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

## Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência pode ser analisada pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

No Estado do Maranhão, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 3,11% no último período censitário, passando de 5,15 em 1980 para 4,99 em 1991. Este comportamento persistiu tanto na área urbana, com uma redução de 7,64%, quanto na área rural com

1,00%. Já em 1996 tínhamos uma média de 4,72 de pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes no estado.

**Tabela 21**  
**Densidade domiciliar,**  
**segundo a situação do domicílio - 1980/1996**

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
<b>Total</b>	<b>5,15</b>	<b>4,99</b>	<b>4,72</b>
Urbana	5,37	4,96	4,65
Rural	5,06	5,01	4,80

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

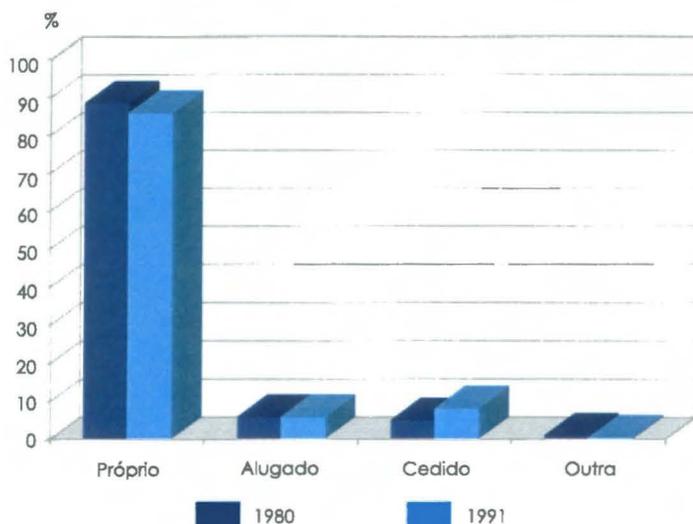
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, taipa revestida, ou madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto, ou madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos, deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como taipa não-revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc. Nos dois últimos levantamentos censitários vem-se observando um aumento das unidades duráveis.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 35,00% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e destes, 22,52% possuíam canalização que levava ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo de apenas 12,48% aquelas que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Estado do Maranhão verificada no último censo em relação a 1980 revelou que houve um declínio de 2,93% nesta condição de ocupação. Entretanto, ao contrário, apresentou-se a proporção dos domicílios cedidos (sejam por empregador ou particular) com crescimento de 61,77%.

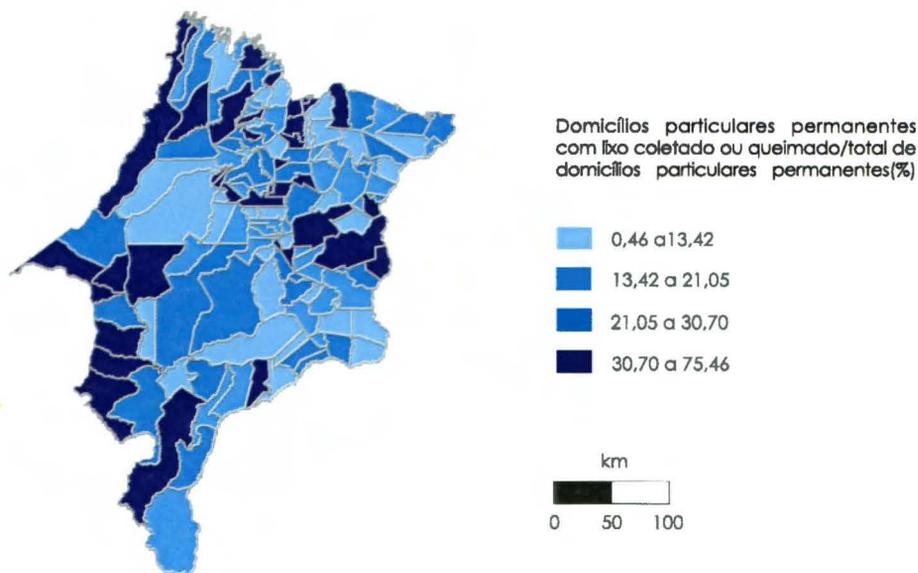
### Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991, ficou evidenciado que o controle da coleta do lixo domiciliar neste estado atingiu 34,86% das moradias, sendo que destas 16,32% tiveram recolhimento efetuado diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

### Proporção de domicílios com lixo tratado - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

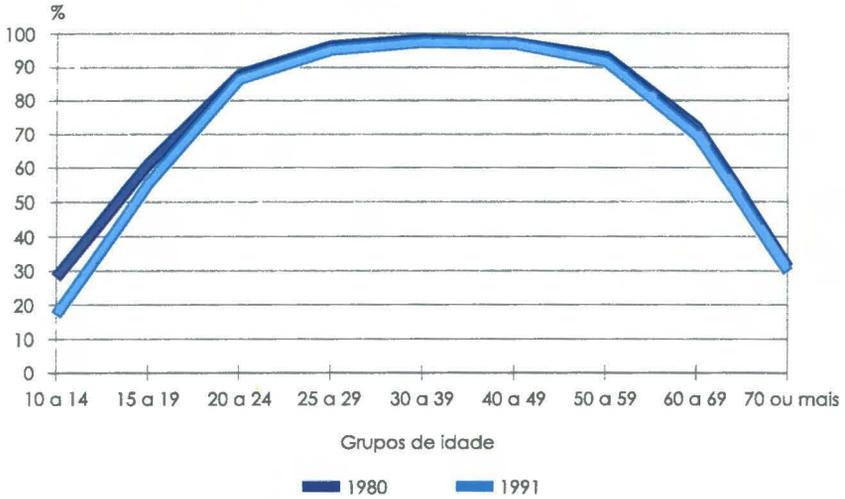
## Características econômicas

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 46,08% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo que 68,32% eram homens e 24,48% mulheres. Com respeito à evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Estado do Maranhão, confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

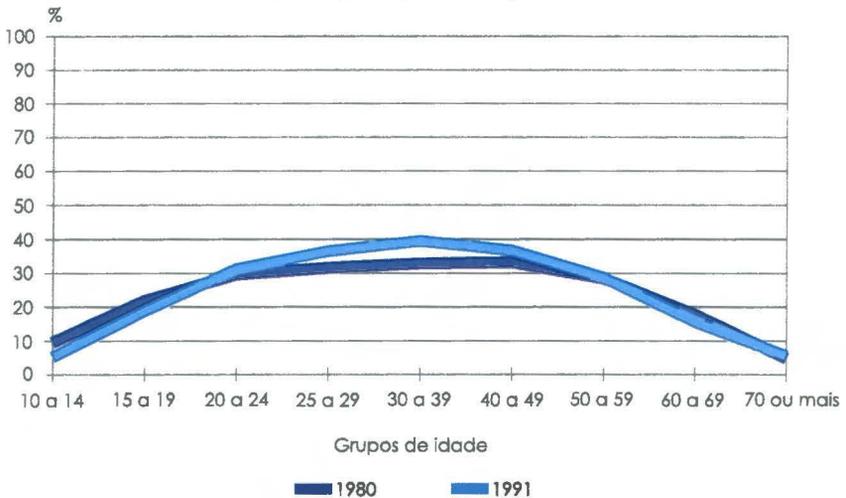
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 25 até 49 anos, implicando em aumentos na participação das mulheres.

### Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

### Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram agropecuário, extração vegetal e pesca, seguido da prestação de serviços. O comportamento masculino dita o total da população, e quanto à absorção de mão-de-obra feminina, destacam-se a prestação de serviços e as atividades sociais, que juntas absorveram 45,00% das mulheres no mercado de trabalho.

**Tabela 22**  
**Distribuição percentual da população economicamente ativa,**  
**segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991**

Setor econômico de atividade	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Agropecuária, extração vegetal e pesca	67,61	52,15	71,89	59,82	54,77	31,34
Indústria de transformação	4,20	4,66	4,40	5,58	3,61	2,17
Indústria da construção civil	3,41	4,56	4,49	5,98	0,17	0,70
Outras atividades industriais	0,80	1,83	0,99	2,02	0,23	1,31
Comércio de mercadorias	5,60	8,95	5,68	8,37	5,33	10,50
Transporte e comunicação	1,88	2,35	2,40	2,91	0,34	0,84
Prestação de serviços (1)	7,11	11,10	3,87	7,04	16,81	22,09
Social	4,00	7,91	1,35	2,50	11,93	22,60
Administração pública	2,04	3,34	1,94	2,96	2,32	4,35
Outras atividades	1,19	1,07	1,07	0,99	1,57	1,30
Nenhum	2,16	2,10	1,91	1,84	2,91	2,81

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.